

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE
**PARECER PRÉVIO DE LOCALIZAÇÃO
DE PESQUISA OU EXPLORAÇÃO DE
MASSAS MINERAIS - PEDREIRAS**

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

1. Apresentação

De acordo com o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, que aprova o Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (Pedreiras), algumas licenças de pesquisa ou de exploração de massas minerais – pedreiras, carecem de um parecer prévio de localização favorável.

Este parecer é emitido por:

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF,IP)¹ - quando as pedreiras estejam situadas em áreas classificadas²;
- Câmara Municipal³, quando as pedreiras se situem em área cativa, de reserva, ou em espaço para indústria extractiva constante do Plano Director Municipal (PDM);
- CCDR, nos restantes casos.

Em qualquer destes casos, o parecer prévio de localização é dispensado quando os respectivos projectos, incluindo projectos integrados, tenham sido ou estejam sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação dos processos de parecer prévio de localização de massas minerais – pedreiras, em que a CCDRC intervém.

2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Decreto-Lei n.º 270/2001**, de 6 de outubro, na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 340/2007**, de 12 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 4/2015**, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo - CPA).
- **Portaria n.º 1083/2008**, de 24 de setembro (Taxas).

¹ ICNF,IP - entidade competente para a aprovação do PARP (alínea f) do artigo 2.º e n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro).

² Áreas classificadas são áreas que são consideradas de particular interesse para a conservação da natureza, nomeadamente áreas protegidas, sítios da lista nacional de sítios, sítios de interesse comunitário, zonas especiais de conservação e zonas de protecção especial criadas nos termos da legislação em vigor.

³ Câmara Municipal - entidade competente para a aprovação do PARP (alínea f) do artigo 2.º e n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro)

- **Decreto-Lei n.º 124/2019**, de 28 de agosto, que republica o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) e **Portaria n.º 419/2012**, de 20 de dezembro (caso a pedreira afete áreas de REN).

3. Tramitação dos processos

Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos de pedido de parecer prévio de localização para pesquisa ou exploração de massas minerais - pedreiras.

A numeração adotada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

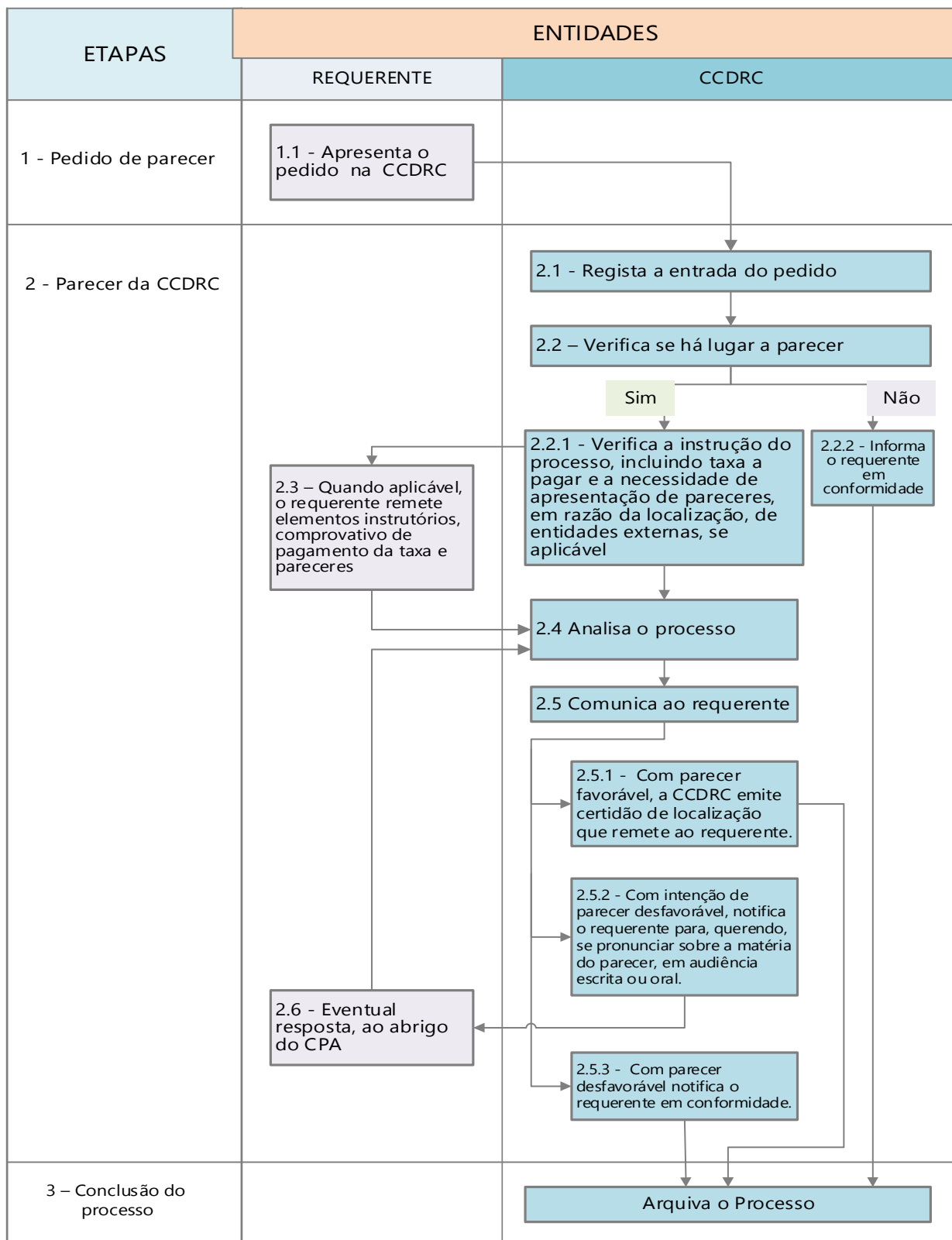
ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
DL n.º 340/2007- Pedreiras	<p>1 - Pedido de parecer prévio de localização</p> <p>1.1 - <u>O requerente apresenta à CCDRC o pedido de parecer prévio de localização</u> (DL n.º 270/2001, na redação dada pelo DL n.º 340/2007, art. 9º).</p> <p>Nota: O pedido de parecer pode ser apresentado com modelo de requerimento próprio, disponível no portal da CCDRC, conforme se indica no n.º 5 da presente norma.</p>
DL n.º 340/2007- Pedreiras Portaria n.º 1083/2008- Taxa Decreto-Lei n.º 4/2015 - CPA Decreto-lei n.º 124/2019 e Portaria n.º 419/2012	<p>2 - Parecer da CCDRC, com eventual emissão da certidão de localização (30 dias)</p> <p>2.1 - <u>A CCDRC regista a entrada do pedido.</u></p> <p>2.2 - <u>A CCDRC verifica se há lugar a parecer</u>⁴:</p> <p>2.2.1 - Havendo lugar a parecer, verifica:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Instrução do processo, incluindo a apresentação de pareceres, em razão da localização, a emitir por Entidades Externas; – Taxa <p>2.2.2 - Não havendo lugar a parecer, informa o requerente em conformidade.</p> <p>Nota: caso o pedido não esteja corretamente instruído e com taxa paga, a CCDRC solicita ao requerente os elementos em falta e emite a guia de pagamento (Portaria n.º 1083/2008, 3.º);</p> <p>2.3 - <u>Quando solicitado pela CCDRC, o requerente remete os elementos instrutórios, taxa e pareceres.</u></p>

⁴ Local não abrangido por área classificada, área cativa, área de reserva, espaço para indústria extrativa ou AIA

<p>DL n.º 340/2007- Pedreiras</p> <p>Portaria n.º 1083/2008- Taxa</p> <p>Decreto-Lei n.º 4/2015 - CPA</p> <p>Decreto-lei n.º 124/2019 e Portaria n.º 419/2012</p>	<p>Notas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A taxa é paga no prazo de 30 dias (<i>Portaria n.º 1083/2008, 4.º</i>); 2. Nos termos da Portaria n.º 1083/2008, a taxa devida pelo serviço prestado é de € 0,006/m² de área solicitada, com o mínimo de € 286,42), e possibilidade de o pagamento ser feito da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> – Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDRC, para o IBAN PT50 078101120000000779854, sempre que possível com a referência do processo ou o nome completo do requerente. – Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Multibanco (preferencialmente); ▪ Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDRC; ▪ Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC. <p>2.4 - <u>A CCDRC procede à análise técnica do processo.</u></p> <p>Notas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Eventualmente, a CCDRC pode solicitar ao requerente esclarecimentos ou elementos complementares, fixando-lhe um prazo para resposta. A CCDRC suspende o procedimento até à obtenção da resposta do requerente (<i>CPA, art. 118.º.1</i>). 2. No caso de existir plano especial de ordenamento do território, os pareceres de localização devem sempre observar as suas disposições (<i>DL n.º 270/2001, na redação dada pelo DL n.º 340/2007, art. 9º.7</i>). <p>2.5 - <u>Comunicação ao requerente</u></p> <p>2.5.1 - Com parecer favorável, a CCDRC emite certidão de localização que remete ao requerente (<i>DL n.º 270/2001, na redação dada pelo DL n.º 340/2007, art. 9.º 1 e 5</i>);</p> <p>2.5.2 - Com intenção de parecer desfavorável, notifica o requerente para, querendo, se pronunciar sobre a matéria do parecer, em audiência escrita ou oral (<i>CPA, artigos 100.º e 121.º a 123.º</i>).</p> <p>2.5.3 - Com parecer desfavorável notifica o requerente em conformidade.</p> <p>Notas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A certidão de localização é emitida no prazo de 30 dias após a apresentação do pedido de parecer (<i>DL n.º 270/2001, na redação dada pelo DL n.º 340/2007, art. 9.º 5</i>), desde que este se encontre devidamente instruído. 2. A certidão de localização cessa os seus efeitos com o indeferimento do pedido de atribuição da licença ou no prazo de dois anos a contar da data da respectiva emissão sem que tenha sido requerida a
---	--

<p>DL n.º 340/2007- Pedreiras</p> <p>Portaria n.º 1083/2008- Taxa</p> <p>Decreto-Lei n.º 4/2015 - CPA</p> <p>Decreto-lei n.º 124/2019 e Portaria n.º 419/2012</p>	<p>atribuição da licença correspondente (<i>DL n.º 270/2001, na redação dada pelo DL n.º 340/2007, art. 9.º.6).</i></p> <p>3. Caso o pedido interfira com REN e esteja sujeito a comunicação prévia, o processo deverá ser completado com os elementos instrutórios constantes do anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, e com a demonstração de que não são colocadas em causa as funções da(s) tipologia(s) de REN onde a pedreira se localiza.</p> <p>2.6 - O requerente apresenta eventual resposta, ao abrigo do CPA, na situação 2.5.2.</p> <p>3 - Após notificação ao requerente:</p> <p>3.1. Referindo que não há lugar a parecer (área classificada; área cativa, de reserva ou espaço de indústria extrativa; AIA);</p> <p>3.2. Com a emissão de certidão de localização;</p> <p>3.3. Constatando-se a ausência de pronúncia por parte do requerente ao abrigo de audiência prévia prevista no CPA;</p> <p>3.4. Com decisão da CCDRC resultante da audiência prévia;</p> <p>o processo é arquivado.</p>
---	---

4 - Fluxograma da tramitação



5 - Modelo de requerimento de parecer prévio de localização de pesquisa ou exploração de massas minerais (pedreiras) – disponível no portal da CCDRC em:

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / Pedreiras - (Modelo CCDRC DSOT/DGT - 1/2019)